A SERRA DO MAR E A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO

BRENO MARTINS DE MAIO

Resumo
Este artigo analisa a relação entre a cadeia montanhosa chamada de Serra do Mar e a fundação de São Paulo, em 1554, destacando o papel da geografia como fator estratégico na escolha do planalto de Piratininga para a instalação do colégio jesuíta que deu origem à cidade. A Serra do Mar, ao mesmo tempo em que se configurava como barreira natural ao contato imediato entre litoral e interior, ofereceu condições de defesa contra ameaças externas e favoreceu o isolamento necessário ao projeto de catequese da Companhia de Jesus. O estudo evidencia como os caminhos indígenas, posteriormente apropriados pelos colonizadores, possibilitaram a integração entre o porto de São Vicente e o novo núcleo urbano. Por meio de uma abordagem histórico- geográfica, que articula autores clássicos como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Aziz Ab'Sáber, conclui-se que a Serra do Mar não foi apenas cenário, mas elemento estruturante da fundação e da trajetória inicial da cidade de São Paulo.
Palavras-chave: Serra do Mar; fundação de São Paulo; planalto de Piratininga; geografia histórica; colonização portuguesa.

1 INTRODUÇÃO

A história da fundação de São Paulo está intrinsecamente ligada à geografia do território onde a cidade se estabeleceu. A Serra do Mar, formação montanhosa que acompanha grande parte do das regiões Sudeste e Sul, exerceu um papel determinante na escolha do local onde, em 1554, os padres da Companhia de Jesus fundaram o Colégio de São Paulo de Piratininga, marco inicial da futura metrópole. O estudo da relação entre a Serra do Mar e a fundação de São Paulo exige compreender o cenário da colonização portuguesa no século XVI, os desafios impostos pela geografia e a importância estratégica das trilhas indígenas que conectavam o litoral ao planalto.

A Serra do Mar constituiu-se como uma barreira natural que dificultava a comunicação entre o litoral e o interior. Ao mesmo tempo, essa barreira oferecia vantagens estratégicas, funcionando como proteção contra possíveis ataques estrangeiros, especialmente de corsários franceses, e contraofensivas de grupos indígenas hostis aos colonizadores. Essa ambivalência — obstáculo e defesa — foi um dos elementos decisivos para a fundação da vila e para sua posterior expansão. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 42), "a geografia, mais do que qualquer outro fator, determinou os caminhos da colonização brasileira". Para além da barreira natural que a serra apresenta, as temperaturas mais amenas, se comparadas ao clima encontrado no litoral, se tornaram aliadas da colonização portuguesa, mais habituada ao clima do planalto paulista.
O objetivo deste artigo é analisar como a Serra do Mar influenciou a fundação de São Paulo, destacando aspectos geográficos, estratégicos, sociais e culturais. Partiremos da contextualização da colonização portuguesa, passando pela análise do papel dos jesuítas e dos caminhos que atravessavam a serra, até chegar às consequências da escolha do planalto de Piratininga como local de fundação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Contexto da colonização portuguesa no século XVI

A colonização portuguesa no território onde atualmente se localiza o Brasil se deu após cerca de 30 anos da chegada dos europeus ao litoral atlântico. Tendo um início caracterizado pelo sistema de feitorias, onde não havia a presença fixa dos europeus, esse sistema tinha como atributo apenas a exploração de itens locais, em especial a extração do pau-brasil, realizada em colaboração com os

nativos, a participação europeia nesse processo se dava de forma mais sutil, se comparada ao modelo de efetiva colonização, onde a presença passa a ser fixa. Somente com o estabelecimento das capitanias hereditárias, determinadas pelo rei D. João III, por meio da Carta de Doação, que transferia os direitos sobre a terra ao donatário e a tornava transmissível por herança, e a Carta Foral, que delimitava os deveres, privilégios e impostos que deveriam ser pagos à Coroa, é que o empreendimento colonizatório para a ser propriamente realizado. Nesse processo de estabelecimento das capitanias, as ocupações se deram inicialmente pelo litoral, em razão da necessidade de defesa do território, do contato mais fácil com a metrópole, considerando que o Atlântico era o único meio de contato, e da implantação das atividades econômicas relacionadas à exportação, como o açúcar, afinal o Brasil era uma colônia dedicada exclusivamente à exploração, e toda ação dos donatários possuíam esse caráter, considerando que poucas capitanias efetivaram a ocupação, uma vez que em certas áreas o projeto privado de ocupação não se concretizou, alguns donatários não chegaram a pisar em solo brasileiro. Além disso, adentrar o território resultaria em contato com adversidades ainda desconhecidas, incluindo o contato com povos nativos que poderiam oferecer riscos ao projeto de exploração e colonização da metrópole, que contava com poucos recursos humanos. Em suma, as Capitanias Hereditárias buscaram descentralizar a administração e permitir que donatários assumissem a responsabilidade pela exploração e defesa das terras, o que transformou a tarefa da colonização num empreendimento privado, sob o olhar atento da Coroa, mas sem a necessidade de maiores investimentos por ela. Nesse contexto, desenvolver um contato pacífico com os indígenas era elemento fundamental para o êxito no projeto português. Os povos nativos detinham conhecimento sobre o as diferentes culturas aqui existentes, e também sobre o território, sobretudo os caminhos que conectavam regiões distantes, e foram alvo de intensa disputa entre colonizadores portugueses, franceses e espanhóis. A catequese e a integração das populações indígenas tornaram-se um objetivo central da Companhia de Jesus, um vigoroso elemento de inserção da cultura europeia, fundamental para o projeto. Segundo Caio Prado Júnior (2004, p. 65), “a relação com o indígena não se reduzia a uma questão de mão de obra, mas de domínio territorial”. Ter os indígenas como aliados era garantir uma força militar detentora do conhecimento geográfico, o que poderia ser decisivo para impedir o estabelecimento de exploradores e colonizadores de outros reinos europeus.

Embora o Tratado de Tordesilhas (1494) delimitasse uma linha imaginária que definia as terras que seriam de posse espanhola e portuguesa, isso por si só não liquidava de todo o problema entre os reinos ibéricos, mas esse não era exatamente um problema dentro do quadro da colonização da américa portuguesa e espanhola. Há que se lembrar que a União Ibérica (1580-1640) tornou essa divisão desnecessária, portanto foram poucas décadas de efetividade esse acordo, que se tornou desnecessário assim que as duas coroas se uniram. O problema que mais afligia Portugal era outro, o tratado bilateral não impedia a visita constante de ingleses, franceses e holandeses, ignorados neste acordo, a ponto de ser motivo de protesto do rei francês Francisco I, que supostamente proferiu que “Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha e me excluiu da partilha”.

O século XVI ficou conhecido, portanto, por ser o período responsável pelo estabelecimento e consolidação da colonização e exploração luso- espanhola, sempre ocorrendo em duas frentes, a religiosa e a política.

2.2 A Serra do Mar como barreira e refúgio

A Serra do Mar é uma extensa cadeia de montanhas que acompanha o litoral brasileiro, contando com uma extensão de 1.500 km, se estendendo desde o estado do Rio de Janeiro até Santa Catarina. Sua densa vegetação de Mata Atlântica, suas encostas ín-

gremes e dificuldades de acesso tornavam a travessia um empreendimento arriscado, sobretudo no século XVI. Para os colonizadores, a serra configurava-se como uma barreira natural. O transporte de pessoas e mercadorias entre o litoral e o planalto, a área acima da serra, era penoso; o acesso por parte dos jesuítas também era dificultado pela subida íngreme, em meio a densa vegetação e uma fauna desconhecida. Entretanto, essa mesma barreira conferia proteção.
Aziz Ab'Sáber (2003, p. 117) destacou que "a Serra do Mar representou, em todos os tempos, um divisor natural entre dois mundos: o das terras altas e o do litoral", ressaltando sua importância tanto geográfica quanto cultural. A colonização em terras paulistas foi algo sui generis, em um território onde viver estava mais relacionado a lutar constantemente pela sobrevivência, adotando estratégias para se desenvolver a econômica. Em uma região sem o plantio de cana de açúcar (produto que estava na ordem do dia no comércio português), sem acesso ao mar (seus principais rios corriam em direção ao interior, contrariando o que acontecia em outras partes do território), sem atrativos para a metrópole ou qualquer outro empreendimento de vulto, o desafio era manter-se sem desaparecer, algo que parecia inevitável antes da cafeicultura colocar de vez São Paulo como centro econômico.

2.3 O planalto de Piratininga

O planalto de Piratininga, onde São Paulo foi fundada, apresenta características naturais que justificam a escolha do sítio. Trata-se de uma região relativamente elevada, com clima mais ameno do que o do litoral, facilitando a adaptação dos europeus; é uma área cortada por rios como o Tietê e o Tamanduateí. Essas várzeas férteis ofereciam recursos para a agricultura de subsistência e para aldeamentos.
A cidade de São Paulo foi fundada em 25 de janeiro de 1554, em uma região do Planalto Atlântico, onde se articulam condições físicas que exerceram papel fundamental no processo de colonização. O sítio urbano paulistano localiza-se a aproximadamente 800 metros de altitude, em um divisor de águas entre as bacias do rio Tietê e do rio Tamanduateí, condição que, segundo Ab'Saber (1957), garantiu vantagens estratégicas tanto para a defesa quanto para a circulação de pessoas e mercadorias. Além dos rios citados, o território é rico em sua bacia hidrográfica, o que favorece o estabelecimento humano e a prática de agricultura e pecuária.
O relevo do planalto, caracterizado por colinas suaves e terrenos relativamente firmes, ofereceu condições mais seguras para o assentamento humano em comparação às áreas alagadiças das várzeas adjacentes (AZEVEDO, 1945). Essa topografia, ainda que apresentasse desafios relacionados à drenagem, permitiu a fixação de um núcleo urbano que gradualmente se expandiu em direção às várzeas, acompanhando o crescimento populacional.
Outro aspecto relevante foi a rede hidrográfica. O rio Tietê, ao contrário da maioria dos rios paulistas que correm em direção ao litoral, segue rumo ao interior do continente, facilitando o acesso às rotas fluviais que interligavam o planalto às regiões centrais do Brasil. Monbeig (1952) destaca que essa característica singular transformou São Paulo em um ponto de partida privilegiado para a penetração territorial dos bandeirantes rumo ao sertão.
Além disso, o clima tropical de altitude, com temperaturas mais amenas e menor incidência de doenças tropicais em relação às áreas costeiras, favoreceu a permanência dos colonizadores (PRADO JR., 1935). Esses fatores, aliados à localização estratégica sobre o divisor de águas e à proximidade relativa do litoral
— permitindo o contato com o porto de Santos através da Serra do Mar —, explicam a importância do sítio paulistano no contexto da colonização portuguesa.
Portanto, o conjunto das características físicas — relevo, hidrografia, clima e posição geográfica — configurou São Paulo como um espaço privilegiado, tanto para a fixação inicial da vila quanto para a sua projeção como centro de expansão territorial e econômica nos séculos seguintes.
Além das condições naturais, havia o fator

estratégico. O planalto estava distante do litoral, reduzindo riscos de ataques estrangeiros. Ao mesmo tempo, era acessível pelas trilhas indígenas que atravessavam a Serra do Mar. Como afirma Petrone (1995, p. 54), "a localização do Colégio não foi fortuita, mas resultado de uma leitura estratégica do espaço".

2.4 O papel dos jesuítas na fundação de São Paulo

O braço religioso da colonização portuguesa esteve à cargo da Companhia de Jesus, ordem religiosa surgida em 1534 por obra de Inácio de Loyola, reconhecida pelo Paulo III em 1540, tornando-se uma das forças católicas dentro do movimento da Contrarreforma, um conjunto de ações empreendidas pela Igreja Católica visando barrar a influência das igrejas reformistas recém-nascidas, oriundas do movimento iniciado por Martinho Lutero. Os padres da Companhia de Jesus, como Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, lideraram o projeto de catequese imposto aos indígenas em terras brasileiras, sendo responsáveis, junto de outros missionários, por toda a colônia. A missão da Companhia teve em sua gênese o papel de levar o cristianismo aos povos de terras distantes, atuando na América e Ásia principalmente, nas suas primeiras décadas de existência, num momento em que a expansão da influência europeia estava se consolidando. Converter e conquistar novos fiéis ia de encontro aos objetivos dos reinos católicos, em especial à Coroa portuguesa.

Em uma carta escrita em 1549, pouco após sua chegada ao Brasil, Nóbrega (1988, p. 52) define o objetivo da missão jesuítica:

"Nosso principal intento é trazer as almas ao conhecimento de seu Criador e Redentor, e para isto nos aplicamos com toda a diligência, catequizando os meninos, ensinando-os a ler e escrever, para que, crescendo na doutrina, possam ser instrumentos de conversão de seus pais e de sua gente". (NÓBREGA, 1988, P. 52)

A escolha do planalto de Piratininga estava vinculada a esse objetivo. Sérgio Buarque de Holanda (1960) observa que "os jesuítas buscavam locais onde a geografia pudesse favorecer a missão", algo notado por Manoel da Nóbrega, que identificou no planalto paulista as condições para se construir o primeiro colégio jesuíta para além do litoral, assim que aqui esteve pela primeira vez, em agosto de 1553, quando subiu a serra junto de nativos que estudavam com os jesuítas no litoral. Ao observar que estes nativos vinham de longe, e depois retornavam em direção á serra, Manoel da Nóbrega se interessou em conhecer o local onde estes indígenas se estabeleciam, e positivamente surpreso, entendeu como pouso ideal para a catequese no interior.

Os trabalhos dos jesuítas conseguiram a simpatia e conversão de parte dos indígenas do planalto, conquistando o apoio do líder Tibiriçá, que se converteu ao cristianismo, tornando-se defensor dos religiosos europeus, e por consequência, dos colonizadores. Essa missão dos jesuítas não ficou sem resposta por parte dos povos residentes no planalto, o episódio conhecido como o Cerco de Piratininga foi o mais importante evento relacionado á resistência indígena das primeiras décadas da presença europeia no planalto, onde tupis liderados por Piquerobi e Jaguaranho enfrentaram os jesuítas e a tropa de Tibiriçá, em julho de 1562.

2.5 Os caminhos da Serra do Mar

As trilhas indígenas foram determinantes para a colonização. O Caminho do Peabiru, rota que conectava o litoral ao interior, foi amplamente utilizada antes da chegada dos portugueses, e sua importância assim permaneceu. Monbeig (1984, p. 92) aponta que "os caminhos indígenas se tornaram a base da expansão colonial no interior paulista". Inicialmente explorada por Manoel da Nóbrega, outros jesuítas se aventuraram nas terras do interior, e pouco a pouco foram tomando conhecimento e dominando os cami-

nhos, sempre tendo ao lado deles os nativos, que em parte se tornaram aliados, e mesmo até convertidos ao cristianismo. Romper as dificuldades que a serra impunha foram cruciais para a interiorização da colonização e expansão da presença europeia no Brasil.

2.6 Consequências da escolha do sítio

A escolha do planalto de Piratininga teve repercussões profundas. Inicialmente, o isolamento contribuiu para a sobrevivência do núcleo fundado pelos jesuítas. A longo prazo, São Paulo tornou-se base das expedições bandeirantes, que expandiram as fronteiras do Brasil além do Tratado de Tordesilhas, possibilitando a entrada para o sertão, responsável pelo início do Ciclo do Ouro, determinante para o desenvolvimento das Minas Gerais e Goiás. De certo a expansão territorial não trouxe apenas consequências positivas, os conflitos entre portugueses e indígenas, os apresamentos e escravização dos nativos, baseada em formas diferentes de violência, as vilas fundadas na área de mineração, onde abundava o ouro, mas se podia morrer de fome, eram reflexos da presença europeia e seu sistema de colonização devastador e mercantilista, desumano e as vezes ganancioso em excesso.

No século XIX, o solo favorável e o clima ideal do interior da província de São Paulo, resultou na concentração e expansão da cafeicultura, o que gerou riqueza e o crescimento vertiginoso da cidade de São Paulo, transformando-se de pequena vila, quase irrelevante, à maior metrópole da América do Sul. O pequeno colégio jesuíta feito com parede de taipa, não podia prever o aglomerado urbano que se tornaria mais de 400 anos depois.

3 CONCLUSÃO

A análise empreendida ao longo deste artigo permite afirmar que a fundação de São Paulo em 1554 esteve condicionada por um entrelaçamento complexo de fatores geográficos, históricos e culturais, em que a Serra do Mar exerceu papel central. Ao contrário de ser apenas um pano de fundo físico, a serra deve ser compreendida como um elemento ativo, que moldou as escolhas coloniais, determinou estratégias de ocupação e influenciou os rumos da cidade nascente.

A geografia, como apontou Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 42), "determinou mais do que qualquer outro fator os caminhos da colonização brasileira". No caso paulista, esse determinismo geográfico não se deu de maneira mecânica, mas como um campo de possibilidades e restrições. A Serra do Mar foi simultaneamente barreira e via de acesso, limitando a comunicação entre o litoral e o interior, mas também oferecendo, por meio dos caminhos indígenas, a possibilidade de transposição e integração.

O isolamento inicial proporcionado pela serra revelou-se decisivo. Ao afastar o núcleo fundado pelos jesuítas das tensões imediatas do litoral — invasões estrangeiras, disputas econômicas, conflitos coloniais —, criou-se um espaço relativamente protegido para o desenvolvimento do projeto de catequese. Essa proteção não significou isolamento absoluto: como lembra Pasquale Petrone (1995, p. 54), "a escolha do sítio do colégio correspondeu a uma leitura estratégica do espaço, em que o isolamento era relativo, e a acessibilidade, garantida pelas trilhas indígenas".

Além disso, a Serra do Mar reforçou uma vocação voltada ao interior. Aziz Ab'Sáber (2003, p. 117) interpreta a serra como um divisor de mundos, "separando as terras altas e o litoral", mas também como um elo de articulação cultural. Nesse sentido, a fundação de São Paulo no planalto de Piratininga antecipou a tendência bandeirante de ultrapassar limites naturais, explorando caminhos que ligavam o núcleo urbano às áreas interiores do continente.

A fundação de São Paulo pode, portanto, ser lida como resultado de uma interação entre projeto político-religioso, necessidades estratégicas e condicionantes geográficos. O colégio jesuíta consolidou-se não apenas pela fé, mas pela geografia que lhe dava sustentação. Como afirma Caio Prado Júnior (2004, p. 65), "a expansão colonial não se fez

sem considerar as linhas mestras da natureza, que delimitavam e ao mesmo tempo sugeriam os percursos possíveis".

Conclui-se, assim, que a Serra do Mar foi protagonista da fundação de São Paulo. Sua presença moldou os primeiros passos da cidade, conferindo-lhe singularidade entre os núcleos coloniais. Ao possibilitar o equilíbrio entre isolamento defensivo e acessibilidade estratégica, contribuiu para a sobrevivência do núcleo e para a sua vocação expansiva. Essa herança permanece simbólica: até hoje, a Serra do Mar é um dos marcos da identidade paulista, lembrando que a metrópole que emergiu no planalto nasceu, em grande medida, da interação entre o homem e a geografia.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. São Paulo: FFCL/USP, 1957.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de. Fundamentos geológicos do relevo paulista. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1964.

ANCHIETA, José de. Minhas Cartas, Do Ir. José de Anchieta ao Geral P. Diogo Laínes, Roma. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2004.

ANDRADE, Oswald de. Marco Zero. São Paulo: Globo, 1991.

AZEVEDO, Aroldo de. A cidade de São Paulo: sua evolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

AZEVEDO, Aroldo de (Dir.). A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana. Volume I: A região de São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. (Coleção Brasiliana, Série Grande Formato, v. 14). Obra organizada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional de São Paulo.

BOXER, Charles R. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I. São Paulo: Difel, 1960.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938. v. 1, p. 45.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil: 1549-1560. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

PETRONE, Pasquale. A Fundação de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 1995.

PRADO JR., Caio. A cidade de São Paulo: geografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1935.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TOLEDO, Benedito Lima de. São Paulo: três cidades em um século. São Paulo: Duas Cidades, 1981.